

## **EDUCAÇÃO SINDICAL: pressupostos teóricos para os Cursos de Formação Sindical da CUT (1).**

**Geraldo Barroso (2)**

### **R E S U M O**

O artigo trata dos Cursos de Formação Sindical promovidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os CFS são apresentados enquanto momentos de reflexão sobre a prática de dirigentes e ativistas sindicais e de sistematização de saberes necessários para instrumentalizar as lideranças da classe trabalhadora para o confronto com o empresariado e com o governo. O texto aborda os pressupostos da racionalidade capitalista, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, a dominação ideológica da classe dominante e contrapõe a esse postulados a proposta dos CFS de "produção" de ativistas sindicais habilitados para difundir concepções próprias da classe operária, aperfeiçoar sua intervenção na sociedade e possibilitar acesso aos instrumentos teórico-metodológicos necessários à elaboração da "contraideologia", segundo a concepção Gramsciana. Apresenta os CFS enquanto momentos de ensino-aprendizagem onde a ideologia dominante é criticada e desvendada e os trabalhadores se capacitam enquanto sujeitos históricos/agentes de intervenção.

- 
- (1) Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa em andamento, intitulado "Uma Experiência em Educação: os Cursos de Formação Sindical da CUT". Este estudo pretende ser uma primeira abordagem, de caráter descritivo, dos Cursos de Formação.
  - (2) Professor-Assistente do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE.

## 1. INTRODUÇÃO

A industrialização acelerada do Brasil na década de 1960 fez surgir, mais especialmente em São Paulo, um operariado numeroso e com um nível de qualificação e de organização sindical até então desconhecidos no Brasil (note-se que um dos setores de ponta do movimento sindical brasileiro, estava tradicionalmente ligado ao setor estatal, a saber: ferroviários, portuários, marítimos, etc., o que já não pode ser observado nos dias atuais). Esse setor operário encabeçou as primeiras lutas que assinalam — após 1978 — a retomada do movimento sindical após o ciclo repressivo dos governos militares.

Sem sombra de dúvida, os dois momentos culminantes desse processo de reorganização do movimento sindical foram a realização da Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (1º CONCLAT), ocorrida em Praia Grande, São Paulo, no ano de 1981 e a fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1983, não por mera coincidência, em São Bernardo, São Paulo.

Nestas duas ocasiões, as classes trabalhadoras, representadas por suas lideranças mais conhecidas, expressavam a intenção de desempenhar um papel muito mais relevante do que de meros codjuvantes no espaço social; os trabalhadores reapareciam no cenário político exigindo não apenas melhores salários ou redução da jornada de trabalho, mas também eleições diretas, convocação de uma Constituinte, liberdade e autonomia sindical, etc. Enfim, apresentavam uma plataforma política e pretendiam interferir nos rumos do País.

O entendimento desse novo papel que o movimento se atribui, de afirmação das classes trabalhadoras como atores importantes na vida social é de fundamental importância para a compreensão do surgimento da “formação sindical” no

interior da Central Única. Até então, as poucas experiências conhecidas de formação sindical são extremamente limitadas e se dão numa perspectiva que não alcança o projeto político maior de autonomia da classe operária (ensino supletivo ou cursos profissionalizantes fornecidos pelas entidades ou em convênios, foi a regra geral). (1)

A fundação da CUT, sob a liderança do chamado “novo sindicalismo” que tinha em São Bernardo a sua referência, trazia alguns elementos novos para a história do Movimento sindical. Os quadros dirigentes ali abrigados, diferentemente da trajetória tradicional do sindicalismo brasileiro, reivindicavam autonomia diante do Estado e discursavam sobre a necessidade de democratização efetiva da sociedade com a afirmação orgulhosa da importância da classe operária. Diante desse novo cenário, com acentuado caráter classista, as lideranças sindicais irão se deparar com a precariedade quantitativa e qualitativa de quadros capazes de fazer tocar o projeto de implantação da CUT. A CUT surgia não apenas como uma estrutura independente, mas como uma instituição nova, propondo-se a existir, se consolidar e se expandir à revelia e contra os mecanismos e instituições sancionadas oficialmente (vide o estatuto da CUT, seus objetivos e princípios).

No entanto, esse projeto da CUT exigia quadros preparados não apenas para trilhar caminhos diferentes do sindicalismo tradicional mas, principalmente, quadros capazes de formular alternativas novas para realizar a hegemonia da classe trabalhadora sobre a sociedade. Influenciados diretamente ou não pela formulação gramsciana de produção de contra-ideologia, por mera intuição de classe ou por influên-

---

1. Silvia Maria MANFREDI. Educação sindical entre o conformismo e a crítica. p. 25.

cia de assessorias externas, começa a adquirir importância no interior da CUT a proposta de “educar o trabalhador”. Se no início se materializou numa formulação tímida (1), cresceu e ganhou formulação mais elaborada e uma importância cada vez maior no projeto de implantação da Central, alcançando a instalação dos Cursos e a formação de quadros profissionalizados.

É preciso destacar que os CFS da CUT são uma experiência educativa de iniciativa e responsabilidade de uma entidade sindical e dirigida para “quadros” do movimento sindical, de base e de direção. Essa constatação é aparentemente óbvia, mas nos remete diretamente ao espaço onde dar-se-á o confronto entre a ideologia dominante e a contraideologia que os CFS tem a pretensão de produzir: o mundo da produção, o mundo do confronto entre capital x trabalho.

Os CFS (2) surgem enquanto experiências educativas; experiências no sentido literal da palavra porque ensaios, tentativas. Surgem como proposta nova, fora dos sistemas escolares e por iniciativa de uma entidade sindical, buscando se contrapor a algo já posto, institucionalizado, que (como veremos adiante — item 2) é objeto de críticas.

Paralelamente, os CFS da CUT apontam para o rompimento do monopólio do saber e para o questionamento da inculcação como processo generalizado de formação de (in) consciências.

1. “A Direção Nacional organizará um Instituto Nacional de Formação encarregado de promover à nível nacional a formação sindical, profissional, social e política dos filiados à CUT”. Art. 31, item 4 dos estatutos da Central Única dos Trabalhadores, 1983.
2. Para efeito de facilitação, empregaremos, daqui por diante, somente a sigla de referência, CFS, para Cursos de Formação Sindical.

Por fim, a possibilidade de estudar uma experiência de formação sindical, ao nosso ver, abre um campo propício ao aprofundamento e generalização de estudos de outros objetos educativos na área popular e contribui de alguma forma para a reflexão sobre o sentido da educação enquanto processo formal enraizado no seio da sociedade.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Uma razoável e relativamente recente literatura tem<sup>\* \*</sup> discorrido sobre o papel da escola capitalista como legitimadora da desigualdade social, formando — de um lado — dirigentes saídos dos quadros próprios da classe dominante ou por ela cooptados e — de outro lado — formando mão-de-obra para operar a produção, reproduzindo a condição de dominação da classe trabalhadora. Acreditamos ser desnecessário neste momento repetir todos os argumentos colocados em torno da questão (1), optando por uma abordagem mais geral para demonstrar a ótica que nos guiará no estudo do referido objeto.

Os CFS da CUT, enquanto cursos para trabalhadores, têm como ponto de partida a necessidade de compreensão (para intervenção organizada) do real que atinge a classe trabalhadora, o cotidiano da produção, a legislação trabalhista, a organização sindical, etc. para alcançar o entendimento dos mecanismos de funcionamento do sistema econômico (e social) por parte daqueles que o operam mas não o controlam. Visto que o cotidiano da produção, as formas de organização social, o ordenamento jurídico, os canais de expressão política, são próprios do Modo de Produção Capitalista, os CFS da CUT, têm que partir obviamente da organização da produção imposta pelas necessidades de reprodução do capital.

---

1. vide Bibliografia.

E o capital tem necessidade de educar técnica e politicamente o trabalhador segundo os seus interesses de reprodução; essa educação não se dá apenas no adestramento a determinada função, mas atinge o disciplinamento, o respeito à hierarquia e a submissão às regras que regem a produção. Determinar horários, produção, fases, habilidades, tarefas, o que se deve, como se deve, com que se produzir, tudo isso são funções do capital, cabendo ao trabalhador submeter-se; ou seja: o trabalhador não possui domínio sobre o conteúdo do seu trabalho, no planejamento e execução.

Note-se que o desenvolvimento tecnológico acentuado da evolução mais recente do capitalismo diluiu bastante a “habilidade” do trabalhador (entendida aqui como a longa formação para o exercício de uma profissão e, conseqüentemente, a realização de um determinado trabalho). Os trabalhos são cada vez mais especializados como fruto do extremo fracionamento das atividades, quer dizer, da complexificação da divisão do trabalho. O objetivo da racionalização capitalista é aumentar a produtividade do trabalho, diminuir o tempo necessário para a qualificação do trabalhador (facilitando conseqüentemente sua substituição), dividir a produção em diferentes graus de perícia ou força, além de outras estratégias.

Essa complexidade extrema do processo produtivo gerou um contingente de planejadores, supervisores, gerentes, engenheiros, etc., enfim, teóricos da racionalização capitalista que dedicam-se a organizar a produção (tanto a nível micro quanto macro econômico) segundo as metas da acumulação capitalista, sendo responsáveis por gerir a produção e impor aos executores (os operários) a maneira pela qual o trabalho deve ser executado. Se levarmos em conta o extremo fracionamento desse trabalho, somente o monopólio do saber, o rigoroso controle da “gerência” pode garantir a realização do trabalho coletivo.

Paralelamente a esse processo de racionalização, a ideologia dominante procura fazer crer que as diferentes funções na produção são uma conseqüência “natural” dos diferentes graus de escolaridade possuídos pelos agentes da produção e que a maior qualificação profissional (isto é, o acúmulo comprovado de conhecimentos em determinado ramo do sistema econômico) correspondem “naturalmente” as funções de direção, planejamento e, conseqüentemente, maior parcela na distribuição do produto social (salários, bens, prestígio social).

Justifica-se assim a separação entre administração (comando, direção, controle, coordenação) e execução, sob a suposta capa da “aptidão” de uns para as tarefas de pensar a produção e de outros para a execução. O trabalhador restrito a tarefas específicas, repetitivas, limitadas, não possui (e nestas condições seria mesmo difícil possuir!) visão do conjunto da produção e perde qualquer possibilidade de adquirir consciência sobre o seu papel no trabalho social. Ou seja, o capitalismo institui intelectuais para o exercício da direção do processo produtivo, enquanto que “... a classe dominada, historicamente, não tem tido acesso aos instrumentos teórico-metodológicos que lhe permitiriam a elaboração do seu saber, uma vez que o monopólio desses mesmos instrumentos é um dos elementos através dos quais a classe dominante assegura sua condição de dominação”. (1).

Coloca-se então a questão da **educação**, não como um processo natural, espontâneo, mas cultural, resultado da atuação de elementos externos. O conteúdo, o resultado do processo educativo tem uma relação necessária com a organização social na medida em que a educação forma pessoas

---

1. Acácia Z. KENZER. Pedagogia da fábrica. p. 186.

concretas para uma sociedade concreta (afinal, que se educa para nada?). Consequentemente, o pensamento de uma época traduz as condições materiais objetivas que possibilitam a reprodução da existência dos homens; não se pode portanto, perceber o conhecimento produzido pelos homens sem se referenciar no seu modo de produção, isto é, no modo como produzem sua existência.

Assim, se o modo de produção apresenta relações sociais baseadas na exploração e dominação (ou seja, se as relações sociais são marcadas pela desigualdade), a produção cultural (ciências, educação, tecnologia, arte, etc.) deverá ser enfocada levando em consideração a existência de domínio de uma classe sobre a sociedade e sobre o Estado. Logo, se é verdade que a história é centrada nas classes sociais e se é verdade que as classes como resultado das relações de produção — isto é, pelas relações que os homens estabelecem entre si no processo produtivo — então é verdade que as consciências individuais são formadas nas relações de produção historicamente determinadas.

Essas relações não são automáticas, mecânicas. A formação de indivíduos para inserção na produção social é dinâmica e acompanha o surgimento e desenvolvimento de instituições, postos, necessidades técnicas, etc.; os “saberes” que formam os indivíduos serão sancionados por quem detém o controle da vida social e dos aparelhos de Estado. Consequentemente, quem controla os meios de transferência de conteúdos, os instrumentos de inculcação, os meios de formação de opinião, possuem um evidente poder político (e porque razão a classe hegemônica a nível econômico-social não o haveria de ser também a nível ideológico?).

Daí a associação saber-poder como decorrência da hegemonia, isto é, da predominância ideológica de valores e nor-



mas de uma classe (a dominante) sobre as outras (subordinadas). Assim, para tornar-se dirigente e não apenas dominante, a classe economicamente dominante deve “converter” o conjunto da sociedade de que ela é a mais “preparada” para representar, no poder, os interesses de toda a sociedade. Além da coerção física, dispõe da coerção ideológica. E a educação atende a diferentes objetivos: forma a força de trabalho futura, assegura a hierarquização social, inculca o “respeito” às autoridades constituídas e reforça o individualismo enquanto aspiração social; contribui dessa forma para assegurar a reprodução das relações sociais de produção. Preparando os indivíduos para a vida social, desenvolvendo habilidades, transmitindo valores e cultura, a educação escolar tem uma função basicamente reprodutiva, veiculando a ideologia dominante.

Em sociedades desiguais, a classe que é dominante do ponto de vista econômico e que domina os aparelhos de Estado, impõe sua concepção de mundo, seus pontos de vista, suas crenças, normas e valores para o conjunto da sociedade; ou seja, a ideologia é um instrumento de dominação. No entanto, a ideologia não se revela enquanto instrumento de dominação, mas difunde a idéia de sociedade como um todo harmonioso, integrado, negando a existência de interesses conflitantes. Os interesses, valores e pontos de vista da classe dominante são apresentados como sendo de todos, obscurecendo a existência de classes antagônicas.

E nas escolas se aprende não apenas as técnicas — ler, escrever, contar — e o patrimônio cultural acumulado (anatomia, botânica, geografia, literatura, etc.), mas também as regras do bom comportamento, a atitude que deve ser observada por cada agente na divisão do trabalho: moralidade, consciência “cívica”, consciência “profissional”, respeito às autoridades, disputa “para vencer”, etc., enfim,

aprende-se as regras da ordem estabelecida (6). Portanto, a ideologia dominante atua através do aparelho escolar buscando obter o consenso espontâneo dos dominados (para ser eficaz, a ideologia deve “internalizar-se”, isto é, os indivíduos devem legitimar — involuntariamente a divisão social, acreditar como “suas” as idéias coletivas e achar “natural” a divisão social). O “resultado” da ideologia será um indivíduo que transforme essas idéias (que acredita suas) em atos, ou seja, que materialize a reprodução desejada.

A ideologia produz, de um lado, intelectuais que reforçam a associação saber-poder e produzem conhecimentos, conhecimentos esses que sancionados pelo poder de Estado (normas, leis, pareceres, regras, portarias, decretos, etc.) constituem-se em “verdade”. Por outro lado, a ideologia reproduz a submissão da classe dominada ao reproduzir, como “natural” a existência da submissão. Ou seja, a ideologia justifica o papel de dominado pelo baixo nível de escolaridade possuído (e mais frequentemente a formação de quadros subalternos para a produção se faz mais por exclusão do aparelho escolar).

Diante de tudo o que acima foi exposto, fica claro que a educação do trabalhador segundo a ótica do capital visa não apenas a sua habilitação, mas suas conformação, seu disciplinamento, sua submissão.

No entanto, a importância da educação do trabalhador não existe somente para o capital; os próprios trabalha-

---

6. “Caracterizada por um projeto pedagógico adequado às necessidades e características da burguesia, e praticamente impermeável aos operários e a seus filhos, essa escola (a burguesa) suas funções reprodutoras pela via da exclusão. Ao mesmo tempo, são reduzidas as possibilidades concretas de escolarização para os trabalhadores já inseridos no processo produtivo, e quando estas existem, se caracterizam pela má qualidade”. Acácia Z. KUENZER. op. cit., p. 190.

dores com maior nível de organização se apercebem da necessidade de conhecer melhor o que os submete como forma de dar passos para livrar-se da opressão. Uma nova organização do trabalho partirá, necessariamente, das formas já dadas. Se os trabalhadores pretendem, de alguma maneira, dirigir a sociedade, torna-se necessário apreender os mecanismos ideológicos da dominação capitalista e, muito mais importante, conhecer os mecanismos do cotidiano da produção que os reduzem a meros atores de produção vendidos no mercado ao invés de homens.

Com efeito, os CFS da CUT não apontam para a qualificação dos trabalhadores visando melhorar suas posições no quadro da produção; os trabalhadores que são atraídos aos CFS já são formados enquanto classe, ou seja, lideranças forjadas na luta cotidiana do embate contra o capital e aos quais serão atribuídas tarefas de sistematização de seu saber acumulado. Os CFS apontam para o trabalho nas consciências dos quadros operários, invertendo o sinal da formação, denunciando os mecanismos da exploração a que se encontram submetidos, bem como do papel da classe operária enquanto agente social.

Tais experiências podem ser consideradas educativas em diversos sentidos, visto que os CFS se apresentam com a proposta de FORMAR CONSCIÊNCIAS (o que irá significar, na prática, “inverter” consciências formadas na visão da classe dominante para uma perspectiva da classe trabalhadora), envolvendo pessoas numa relação de ensino-aprendizagem. Os CFS, aparentemente, se propõem a educar parcelas da classe trabalhadora segundo uma perspectiva determinada que se contrapõe à educação dominante, oficial. Os CFS da CUT abrem não apenas um campo de investigação para aqueles que se voltam à análise de experiências educativas, mas trazem à cena um FATO POLÍTICO, qual seja a tentativa de produção de CONTRA-IDEOLOGIA, a tentativa

de sistematização e multiplicação de uma visão de mundo a partir da ótica dos dominados, na defesa da visão de classe do trabalhador que é, no mais das vezes (para não dizer inteiramente), desprovido de canais de expressão próprios.

É, indubitavelmente, um projeto político gerado por ele para um setor avançado da classe operária no interior do movimento sindical; é um espaço que a classe operária tenta conquistar à partir do conhecimento acumulado pelos intelectuais (economistas, juristas sociólogos, estatísticos, etc.), só que invertido para servir aos trabalhadores.

Na medida em que surgem como proposta de conscientização, de denúncia e de organização, visando formar quadros que multiplicarão uma visão de classe própria, enxugado o componente burguês da visão de mundo que é geralmente inculcada, os CFS abrem espaço para uma prática educativa que se contrapõe à docilidade desejada pelos detentores do poder e se justificam enquanto objeto de estudo.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa, Presença, s. d.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema do ensino**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.
- CARNOY, Martin. **Educação, economia e estado**. São Paulo, Cortez, 1968.
- D'AVILA, José Louis P. **A crítica da escola capitalista em debate**. Petrópolis, Vozes, 1986.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo, Cortez, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. São Paulo, Cortez, 1984.
- . **Educação e poder; introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo, Cortez, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

- KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da fábrica; As relações de produção e a educação do trabalhador.** São Paulo, Cortez, 1985.
- MANFREDI, Silvia Maria. Educação sindical entre o conformismo e a crítica.** São Paulo, Loyola, 1986.
- ROSSI, Wagner G. Capitalismo e educação.** São Paulo, Moraes, 1980.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia.** São Paulo, Cortez, 1986.
- WERNECK, Vera R. A ideologia na educação.** Petrópolis, Vozes, 1982.